

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

*J. S.
Silva*

IGREJA E SINDICATO RURAL : O CASO DE POMBAL

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

CAJAZEIRAS-PB., JANEIRO DE 1993

IGREJA E SINDICATO RURAL: O CASO DE POMBAL



SUMARIO

Introdução.....	03
Capítulo I - Capitalismo e Agricultura no Brasil	
1- A natureza do modo de produção dominante na Colônia.....	06
2- A formação do campesinato tradicional.....	09
3- A modernização do campesinato.....	10
4- A penetração capitalista no campo.....	12
5- A "Paz Agrária" e a exclusão política do campesinato.....	13
Capítulo II - Das Ligas Camponesas ao Sindicalismo Rural	
1- Antecedentes históricos e formação das Ligas.....	17
2- A expansão regional do movimento.....	19
2.1- A organização e mobilização das Ligas.....	21
3- A expansão nacional das Ligas e a ofensiva da classe dominante	22
4- A crise e extinção das Ligas.....	23
4.1- A crise interna.....	23
4.2- A reorganização do movimento e a extinção das Ligas.....	24
5- A sindicalização rural.....	26
Capítulo III - O Caso de Pombal	
1- Aspectos geográficos e históricos do município.....	34
2- A atuação da Igreja Católica.....	37
2.1- A Igreja dentro do contexto social pombalense.....	39
3- A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa.....	42
Conclusão.....	48
Bibliografia.....	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num estudo a respeito da relação Igreja Católica - sindicalismo rural no sertão nordestino, voltando-se especificamente para um estudo de caso à medida que procura analisar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Pombal, no sertão paraibano, em 22 de setembro de 1963.

Por sindicato entendemos as associações criadas pelos trabalhadores para sua própria segurança, para a defesa contra a dominação do sistema capitalista no que se refere a questões salariais, jornadas de trabalho, condições de trabalho etc. O sindicalismo rural foi a forma encontrada pelos trabalhadores rurais para lutarem contra a exploração capitalista advinda da penetração de suas relações sociais de produção e da conseqüente expropriação da grande massa campesina.

A forma pela qual o tema será tratado consistirá na comprovação dos seguintes objetivos básicos deste trabalho: em primeiro lugar, o fato de ser a Igreja um dos maiores e mais importantes aparelhos ideológicos do Estado, estando sempre presente na História do Brasil atuando de forma progressista ou reacionária servirá como um pressuposto para a elaboração de uma primeira questão: há alguma relação entre Igreja Católica e a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais no sertão nordestino? Em segundo lugar, se a resposta à questão anterior é afirmativa, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal-PB é uma excessão a esse pro-

cesso de organização sindical orientada pela Igreja ou pode ser mais um exemplo de sindicato rural cuja fundação deveu-se à orientação daquela instituição?

No período correspondente ao final da década de 50 e início da década de 60, ocorreram mudanças no cenário político brasileiro em consequência da entrada cada vez mais maciça de capital estrangeiro que passava a ser investido no desenvolvimento tecnológico, na agricultura, aumentando, assim, o êxodo rural e o desemprego, acirrando as contradições entre as classes. E dentro desse contexto que podemos localizar a expansão das Ligas camponesas no Nordeste e o movimento de sindicalização rural. Tais movimentos eram organizados pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Igreja Católica, ambos organizando de formas diferentes os movimentos camponeses.

A Igreja Católica que até a metade deste século esteve ligada aos interesses dos grandes latifundiários, voltou-se através da pastoral de D. Inocêncio (1950) à problemática camponesa. Tal mudança de atitude consistia apenas numa forma de neutralizar a ação de outras forças que disputavam a organização dos trabalhadores rurais, como o Partido Comunista, que desde a década de 40 orientava a formação das Ligas camponesas. Assim, a Igreja viu-se na iminência de uma crise de hegemonia ideológica que sofreria através das Ligas camponesas. Impedir o avanço comunista passou a ser, então, uma das bandeiras de luta daquela instituição. Era preciso organizar a massa camponesa para não perdê-la de vez para os comunistas .

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal em 22 de setembro de 1963 não foi uma exceção dentro desse contexto histórico. Ele foi mais um dos sindicatos que foram funda-

dos pela Igreja no sertão nordestino para obstacularizar o movimento das Ligas. Isso pode ser comprovado na ata de fundação deste sindicato quando contou com a presença de alguns padres da região e de outros líderes sindicais.

A importância dessa pesquisa está no fato dela ser uma contribuição à História do município, uma vez que até então ainda não foi escrito nada a respeito do assunto; como também esta pesquisa se constituirá na maneira pela qual os trabalhadores rurais poderão conhecer a História da fundação do seu sindicato. E, finalmente, será mais um trabalho à cerca da influência da Igreja Católica nos movimentos sociais e nas próprias vidas das pessoas, como sempre o foi desde o seu surgimento até hoje.

Essa pesquisa constará de três capítulos. O primeiro tratará da formação histórica brasileira dentro do contexto capitalista e da penetração das relações sociais que lhes são próprias no campo brasileiro. No segundo capítulo será feito um estudo sobre as Ligas camponesas e o surgimento dos sindicatos rurais. Finalmente, no terceiro capítulo, estudaremos o caso da influência da Igreja Católica na sociedade pombalense e a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa.

CAPÍTULO I

CAPITALISMO E AGRICULTURA NO BRASIL

1- A natureza do modo de produção dominante na colônia

A definição do modo de produção predominante na época colonial é uma constante preocupação nos estudos de muitos pesquisadores surgindo, portanto, uma série de trabalhos onde tentam resolver ou, pelo menos, levantar alguns questionamentos e se posicionar sobre as várias teorias.

Não é objeto desse trabalho fazer uma análise aprofundada sobre as várias posições e teorias. Passamos apenas a relacioná-las e analisá-las de forma, até certo ponto, superficial, para que possamos nos posicionar a respeito de uma delas, o que será de grande necessidade para a realização dessa pesquisa a que nos propomos desenvolver.

Poderemos iniciar a nossa análise, identificando nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré a defesa da tese do modo de produção escravista articulado ao modo de produção feudal. Entre os vários argumentos usados para a defesa das suas hipóteses, os referidos autores procuraram demonstrar o caráter feudal que tinha a distribuição de terras feitas pela Coroa e as relações de dominação dos senhores sobre os camponeses.

Antonio Carlos Mazzeo (1988, p. 6-7) refuta essa teoria . Segundo ele, o sistema de capitânicas hereditárias instalado no Brasil a partir de 1530 não deve ser confundido com o sistema feudal pois :

"... O regime de capitânicas hereditárias numa grande empresa do tipo mercantil onde, apesar de o Estado garantir sua posse, todo o empreendimento' era feito por conta e risco do donatário(...) Tampouco as sesmarias, distribuídas pelos donatários, tinham algum caráter de possessões camponesas, como durante muito tempo foram interpretadas... " .

(grifos do autor)

O que caracterizam essas teorias, portanto, é a linearidade dos modos de produção. Em outras palavras, o capitalismo se implantaria no Brasil somente quando este país tivesse passado obrigatoriamente pelos modos de produção "anteriores" à esse sistema, o que tornam essas teorias, para alguns estudiosos, superadas.

Uma segunda tese é a que defende que no Brasil desenvolveu-se um modo de produção historicamente novo: o modo de produção escravista colonial. Essa teoria foi muito bem fundamentada por Jacob Gorender em sua obra "O Escravismo Colonial" (1978). Porém, tal obra é contestada por não ir além do nível das unidades de produção para entender a lógica de funcionamento do sistema como um todo. (OLIVEIRA, PR. 1985, p. 59).

Compartilhamos da teoria defendida por vários estudiosos , dentre os quais Maria Sylvia Carvalho Franco, de que o Brasil desde o início foi capitalista. Mas como explicar o capitalismo

infiltrado no Brasil se no nosso país foi instalado pelos próprios portugueses a escravidão?

Ora, o capitalismo na sua gênese, apropria-se de formas econômicas preexistentes ou as cria, para que, mais posteriormente possa desenvolver formas que lhe são próprias. Assim foi na Europa e assim também o foi no Brasil. Antonio Carlos Mazzeo analisa esta questão:

"... Marx chamou esse processo de 'subsunção formal ao capital', isto é, o capital incorpora, em sua estrutura orgânica, formas produtivas que não lhe pertencem dando a essas formas pré-capitalistas conteúdos capitalistas." (opus cit. p. 9)

Essa teoria é endossada e reforçada por Pedro Ribeiro de Oliveira:

"... E a dominância (e não a predominância estatística) de tal ou tal relação de produção -(...)- que caracteriza o modo de produção que está na base de uma formação social dada..." (opus cit. p.40).

Dessa forma, a relação social que domina na colônia é a relação capitalista de produção a qual aparece aqui sob a forma de relações pré-capitalistas como é o caso escravismo. A escravidão servia aos interesses capitalistas pois tornava a produção mais barata e mais rentável, livrando a burguesia mercantil de contratar a mão-de-obra livre, pagando altos salários, o que não ia de encontro aos interesses burgueses (Ver, p. ex., Fernando Antonio Novaes - "Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)" e Caio Prado Júnior - "Formação do Brasil Contemporâneo").

Marx, ao analisar as colônias americanas, onde imperava o

trabalho escravo afirmou que nas "plantations" existiu um modo de produção capitalista, ainda que só no sentido formal. A escravidão, desde o tráfico, é dirigida por capitalistas. Dessa forma, os proprietários de terra eram ao mesmo tempo, capitalistas. (Storia delle teorie economiche. Torino. Einaudi IN MAZZEO, A.C. opus cit, p. 11).

Nesse sentido, o que se observa no Brasil é que a escravidão colonial não teve, como no escravismo antigo sua gênese ligada ao declínio do comunismo primitivo, mas foi imposta, recriada, com vistas à produção na grande lavoura destinada ao mercado externo capitalista.

Um fato que não devemos esquecer é a vinculação que tinha a economia brasileira ao mercado externo. Seguindo os interesses da burguesia metropolitana, Portugal, através do monopólio comercial - ou "exclusivo metropolitano" - controlava a produção colonial de acordo com os interesses capitalistas. O Brasil estava, pois inserido no bojo do sistema econômico mundial - o modo de produção capitalista, na época, na sua fase mercantil.

Face ao exposto, passemos a formação do campesinato brasileiro como consequência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

2- A formação do campesinato tradicional

Assim como a palavra "camponês", o termo campesinato não deve ser confundido como do tipo feudal europeu, mas como um grupo de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento. (ANDRADE, M.C. 1986, p.15).

A formação do campesinato brasileiro deu-se de uma forma

lenta e gradual. Inicialmente, à grande massa de excluídos representados pelos negros e índios, somaram-se também o mestiço, de branco com índia ou com negra, sem direito à herança e, portanto, agregados da fazenda. A esses grupos, um outro veio diferenciar o campesinato durante o período colonial: a dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. A esses últimos por serem de raça pura, branca, restava a saída de obter uma sesmaria ou então agregar-se ao irmão mais velho. O direito de obtenção de sesmarias não se estendia aos mestiços, sendo comum, portanto, tornarem-se agregados dos fazendeiros ou expulsos quando estes recebiam a posse da sua sesmaria.

Os vínculos entre o fazendeiro e o agregado conduziam a uma relação de troca de favores - daí a expressão "morador de favor" - a estes destinavam-se às funções ao mesmo tempo complementares e essenciais numa economia de base no trabalho escravo. Isto se explica porque o escravo, representando o capital imobilizado sob a forma de renda capitalizada, trabalhava nas atividades imediatamente rentáveis, na produção de mercadorias, o que não ocorria com os agregados, que não representavam imobilização de capital nem salário. (MARTINS, J.S. 1981, p. 38)

Incluídos também no campesinato, além dos agregados, estavam os sitiantes - que praticavam uma agricultura de gêneros para a subsistência e para o comércio - e os posseiros, que às vezes se confundiam com os primeiros no que diz respeito à relação jurídica com a terra.

3- A modernização do campesinato

No final do regime monárquico e no começo da República, grandes alterações na estrutura econômica atingiram diretamente

os camponeses em relação à posse das terras. Uma destas foi a promulgação da Lei de Terras, em 1850, transferindo do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados, as terras devolutas, que agora passariam a ser adquiridas somente através da compra. Dessa forma, os camponeses não-proprietários sujeitavam-se a trabalhar para a grande fazenda, acumulando rendas para que, no futuro, pudesse comprar, até do próprio fazendeiro.

A partir da Lei de Terras, que alterou a forma de aquisição da terra, abre-se caminho para a formação de um novo campesinato formado por agregados e posseiros;

"... Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terras, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria...". (MARTINS, J.S. Opus cit.p. 43)

O mesmo autor observa uma diferenciação da política de terra entre o nordeste - onde o antigo camponês mestiço tornou-se essencial na cultura da cana - e o sudeste, onde, com a entrada de colonos estrangeiros, o camponês continuou marginal

Outro fator que trouxe transformações no campesinato foi a abolição da escravidão que:

"... ampliou a massa formada pelos pobres do campo, uma vez que, nas terras apropriadas e povoadas do Nordeste, os ex-escravos, por não disporem de áreas para onde se transferir, tornaram-se moradores de engenhos e fazendas...". (ANDRADE, M.C. Opus cit.p. 16)

Com a abolição da escravidão e a posse da propriedade da terra modificada:

"... o monopólio da classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras...". (MARTINS, J.S. Opus cit., p.45)

E dentro desse quadro de transformações que se acirra a disputa pela terra, como forma de subjugar o trabalho livre e entra nesse cenário a presença do coronel, que através do clientelismo político e da ajuda dos seus jagunços, se sobrepõe e expande o seu poder de um nível local a um nível regional, até se sucumbirem na década de 1930.

E dentro desta conjuntura econômica, política e social que ocorrerão as primeiras formas de lutas camponesas em resposta ao monopólio das terras. Essas primeiras lutas vão se revestir de um caráter messiânico e de banditismo.

4- A penetração capitalista no campo

Durante todo o período colonial, e mesmo durante algumas décadas do nosso século, a penetração do capitalismo no campo brasileiro não era ainda de uma forma plena, homogênea, isto é, caracterizava-se por um conjunto de relações pré-capitalistas de produção.

O processo de generalização do modo de produção capitalista no campo brasileiro, segundo Fernando Antonio Azevêdo, foi feito através do que Lênin denominou de "caminho prussiano". Essa via

"... expressa-se em suas linhas mais gerais por uma revolução burguesa passiva, caracterizada por uma modernização conservadora induzida pelo 'alto' e onde se conjugam os interesses das classes dominantes do campo e da cidade com a exclusão política das classes populares...". (AZEVEDO, F.A. 1982. p. 25-6)

Dando sequência ao seu raciocínio, o referido autor nega a existência de um antagonismo entre a velha oligarquia rural com a nova classe dominante, pois aquela continuará com o monopólio da terra, da qual "... cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária..." (p. 26) Haverá, portanto, uma vinculação do produtor direto com a terra, o que será verificado pela submissão às relações de produção não-capitalistas e à sua sujeição pessoal e às formas de coerção extra-econômicas, o que só terá fim com a "penetração" do capital no campo expropriando o camponês e tornando-o um trabalhador assalariado .

No Brasil, essa via passiva, conduzida "pelo alto", ocorrerá com a Revolução de 1930 - considerada por alguns estudiosos como uma revolução burguesa -, quando será legitimada a formação de um bloco industrial-agrário, o qual já vinha tendo processo de desenvolvimento desde o início do século. A formação desse bloco deve ser percebida como uma atenuação dos conflitos entre os setores agro-exportadores e a burguesia industrial paulista, pois sendo esta composta por empresários ligados ao café, logo dependiam da agro-exportação. Essa dependência era observada pela necessidade que tinha aqueles empresários de divisas para a implantação de equipamentos e matérias-primas, que eram obtidos com as vendas externas dos produtos primários. Por outro lado, a política fiscal e a política cambial - que restringiam as importações - beneficiavam as indústrias.

(ALENCAR, F. et alii. 1985 : p. 218)

5- A "Paz Agrária" e a exclusão política do campesinato

Durante o Estado Novo ocorrerá o que muitos historiadores chamaram de Estado de Conciliação, em que haverá uma grande preocupação com o fortalecimento do capital industrial, porém sem romper com a burguesia agrária, a qual terá preservado os seus interesses

agro-exportadores e sem, também, questionar o monopólio da terra . Esse papel do Estado não terá fim com a deposição de Vargas em 1945, quando o Estado deixará de ser autoritário para ser populista. Nesta fase, haverá uma participação controlada das massas urbanas no setor político, não ocorrendo o mesmo com a massa camponesa, que será excluída do pacto político.

A exclusão política do campesinato era a condição é, ao mesmo tempo, resultado da manutenção de uma "paz agrária", onde os camponeses e os trabalhadores rurais estavam submetidos a uma dominação de classe na qual se conjugavam a coerção econômica e a extra-econômica. Essa submissão se devia ao fato de os camponeses ainda não estarem despojados de sua condição de sobrevivência - a terra. Em outros termos, a submissão ao patrão-latifundiário representava o acesso à terra. Para isso se subordinavam a várias relações de produção não especificamente capitalistas - mas que contribuíam para a acumulação do capital no campo - tais como a moradia, o aforamento, a parceria e a certas formas de sujeição como o cambão e o barracão. Além disso, as relações de trabalho não eram regulamentadas pelo Estado, não tendo, portanto, direito às leis que beneficiavam os trabalhadores urbanos, entre os quais o de se sindicalizarem.

No Nordeste, o rompimento com essa "paz agrária" teve início quando no interior do sistema açucareiro, começou a ocorrer mudanças profundas nas suas relações de produção, mudanças essas que se caracterizavam por uma expropriação completa e definitiva do campo e a sua expulsão da terra. Isto será visto por Manoel Correia de Andrade, ao prefaciá-la obra de Fernando Antonio Azevêdo (1982), como um resultado e, ao mesmo tempo, uma imposição da modernização na agricultura, feitas em moldes empresariais, visando a aplicação no Brasil do chamado modelo prussiano de desenvolvimento.

Assim, pode-se perceber que após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - I.A.A. - e principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o processo de expulsão do trabalhador rural será acelerado, resultando um aumento da força de trabalho temporária. Surgirá também, nesse momento, um contingente de mão-de-obra expropriada que tinha a função de produzir alimentos, constituindo-se / num exército agrário de reserva. A expropriação do camponês tinha o objetivo de deixá-lo "livre" e disponível para o capital, uma vez que não tendo outra saída, pois não dispunham mais do meio de produção essencial - a terra -, tornar-se-iam trabalhadores assalariados. O capitalismo que em dado momento criou relações de produção e de dominação de características pré-capitalistas, agora procura homogeneizar o processo de reprodução do capital e de suas formas nas várias "regiões", o que já foi estudado por Francisco de Oliveira em sua "Elegia para uma Re(li)gião" (1985) e como é analisado por Fernando Antonio Azevêdo (opus cit. p. 51-2)

"O que ocorre por trás desse processo, e esse é o sentido profundo que devemos reter nas mudanças que se verificam a partir da década de cinquenta, na Zona da Mata, é que o capital já se consoma como relação social suprimindo as formas anteriores de subordinação do trabalho e eliminando os entraves à sua reprodução ampliada, representados pelos elementos constitutivos da morada e pelas formas arcaicas e primitivas da renda fundiária, através da renda-trabalho ou renda-produto. Em outras palavras, o setor agrícola acerta o passo com o setor industrial da lavoura canavieira, homogeneizando o processo de acumulação de capital, no instante em que passa a se apropriar do trabalho excedente sob a forma de mais-

valia "

E, portanto, dentro desse quadro de transformações econômicas e sociais que se verificará, no final da década de quarenta e durante a de cinquenta, um rompimento na "paz agrária", o qual se constituirá por uma reação da classe trabalhadora rural, que luta contra a expulsão da terra procurando resistir ao assalariamento. Essas lutas se farão através da formação de ligas, que será objeto de análise deste trabalho, e também através de fundação de sindicatos rurais, nas quais terão a participação da sociedade civil -o caso dos partidos políticos de esquerda e da Igreja Católica.

CAPÍTULO II

DAS LIGAS CAMPONESAS AO SINDICALISMO RURAL

1- Antecedentes históricos e formação das ligas

As primeiras ligas camponesas que surgiram no nosso país formaram-se sob a organização do Partido Comunista Brasileiro, no período posterior à redemocratização de 1945. Esse partido visava expandir a sua influência para além do espaço urbano, penetrando, assim, no meio rural e formando uma aliança operário-camponesa. Como não era permitida a organização sindical, as Ligas assumiram a forma de associações civis sob o amparo do Código Civil. Tais Ligas e associações passaram a se formar em todo o território nacional, até que em 1947, com a cassação do registro do PCB, entraram num processo de extinção.

Na década de 50 ressurgiu o movimento de mobilização camponesa que, devido as Ligas da década anterior, terminaram por receber também essa denominação. Tais movimentos tiveram início no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, no Pernambuco.

Esse engenho e muitos outros, devido a queda no preço do açúcar na década de 1931-40, foram ficando de "fogo morto" e os seus proprietários passaram a "forar" as suas terras a pessoas que iriam

se dedicar à cultura de frutos e cereais. Passava, então, o proprietário a viver nas cidades, da renda da terra, enquanto que um feitor, recebia os "foros" anuais, fiscalizava a prestação do "cambão" ou da "condição", servindo, dessa forma, de intermediário entre o proprietário ausente e os que lavraram as terras.

Entretanto, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o preço do açúcar se eleva e é ampliada a capacidade das usinas tornando os senhores-de-engenho meros fornecedores de cana. Isso trouxe como resultado a expulsão de muitos forzeiros dos seus sítios.

O aumento do preço do foro e a ameaça de expulsão levaram os arrendatários de Galiléia a organizar nesse engenho a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco - S.A.P.P.P. - a qual, para alguns estudiosos, tinha fins assistencialistas e beneficentes.

Fernando Antonio Azevêdo (opus cit. p.59-60) contesta a versão de que a Sociedade Agrícola tenha surgido como uma associação beneficente. Segundo ele:

"... essa versão ingênua e um tanto pitoresca representava apenas uma meia verdade, pois esconde o fato de que, desde o início dos anos cinquenta, os comunistas e os militantes das antigas associações rurais da década de quarenta tentavam rearticular os contatos no campo e recriar, sob novas denominações, as Ligas Camponesas(...). A Sociedade Agrícola do Engenho Galiléia surgiria nesse esforço, e teria como seu primeiro presidente um militante comunista (Paulo Travassos) que, segundo Clodomir Santos de Moraes era um dublê de camponês e operá-

rio rural, ligado ao PCB e que, foragido do Espírito Santo por suas atitudes políticas passa a atuar, a partir de 1954, em Pernambuco."

O proprietário das terras, Oscar de Arruda Beltrão, alertado por outros proprietários e sob a influência do filho que via no espírito associativo dos camponeses uma ameaça à sua propriedade, pediu, judicialmente, a expulsão dos camponeses que passaram a resistir e procuraram a ajuda do Deputado Estadual pelo Partido Socialista Francisco Julião. A ^{ps}acessoria jurídica desse deputado foi acompanhada pela formação de um comitê interpartidário que denunciava através da imprensa e dos tribunais parlamentares, a situação do Engenho Galiléia.

A luta judicial levou o "caso Galiléia" a estender-se até 1959 quando, não por via judicial, mas através da Assembléia Legislativa de Pernambuco, desapropriou-se o engenho que não foi entregue aos camponeses, mas à Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que passou a distribuir as terras e organizar a sua exploração agrícola. Porém, como as medidas tomadas pelo C.R.C. eram de realocar os "galileus", visando o Estado através do órgão, desmobilizar o movimento e controlar a ação política dos trabalhadores do campo, logo os camponeses foram contrários a tais normas e reiniciaram o movimento de organização camponesa através das Ligas, que, como veremos se expandiram por todo o território nacional.

2- A expansão regional do movimento

Ao mesmo tempo em que ocorria a luta dos "galileus", as Ligas expandiram-se regionalmente: primeiro no Pernambuco - onde os seus membros estavam vinculados ao PCB, ao PSB e ao Partido Trabalhista - seguido por outros estados nordestinos.

Em 1955, ocorreu em Pernambuco o Congresso de Salvação do Nordeste, através do qual houve uma entrada das teses desenvolvimentistas que serviram de base para a implementação em 1959, através de Juscelino Kubitschek, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais órgãos foram resultados da quebra na visão que enquadrava os problemas nordestinos à fatalidade climática da seca.

No Pernambuco, as Ligas se consolidaram graças às mudanças no cenário político e ideológico daquele Estado : a vitória de Cid Sampaio (UDN) e Pelópidas da Silveira (PSB) tornava possível um clima democrático, ao contrário do que ocorria até então, no governo de Cordeiro de Farias, marcado pelo autoritarismo e perseguição política.

Em resumo:

"... o clima existente, a partir de 1955, onde a denúncia das condições do campesinato reforça a idéia da marginalização do Nordeste no processo de expansão do capitalismo e da necessidade de urgentes medidas para solucionar a situação, resulta na criação de espaço político próprio às mobilizações camponesas e a emergência de suas reivindicações..."

(BASTOS, E.R. 1984, p. 47)

Além das condições políticas e às mudanças ocorridas na aquela época, Julião identificou mais dois fatores que podem explicar a multiplicação das Ligas : o interesse da burguesia industrial pela reforma agrária e o conhecimento, pelos camponeses, dos acontecimentos da Revolução Cubana.

2.1- A organização e a mobilização das ligas - nas áreas por onde se expandiram as Ligas, as reivindicações camponesas não eram as mesmas dos "galileus", que eram arrendatários. Na sua ampliação as Ligas se reuniam também parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Essa base social diversificada, porém unidas em torno de um projeto político comum, é para Elide R. Bastos (1984), não só uma luta contra o latifúndio e suas formas pré-capitalistas, mas uma luta contra a propriedade capitalista. Em outros termos, as diferentes categorias sociais do campo lutam contra a perda do controle do processo de trabalho, contra a sua extinção, já que a penetração capitalista no campo avança para uma total proletarianização do homem do campo tendo em vistas uma homogeneização do trabalho. Lembra ainda a autora que aquelas formas de relações sociais no campo estavam vinculadas direta ou indiretamente às culturas industriais, principalmente à cultura da cana-de-açúcar.

A formação das Ligas ao invés de sindicatos é vista por Francisco Julião, como uma maneira mais viável de organizar as massas trabalhadoras rurais já que as formalidades legais eram mais simples, bastando somente registrar a associação no cartório. Os trabalhadores assalariados, no entanto, ficavam à margem daquele movimento por suas reivindicações só poderem ser resolvidas através de um sindicato - o que não era possível, pois não tinham direito a se sindicalizarem - ou através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que era impraticável no campo já que tinham como modelo os conflitos típicos da região urbano-industrial. Tornava-se mais fácil, portanto, organizar a luta das categorias do campo que não fossem assalariados, pois através do Código Civil ou Penal, poderiam reivindicar judicialmente as indenizações por benfeitorias.

A organização das Ligas tomou o modelo dos estatutos da

S.A.P=P.P. O núcleo político e ideológico era o seu Conselho Deliberativo composto por parlamentares, profissionais liberais, intelectuais e estudantes, além de líderes camponeses. Para a expansão do movimento contou-se com três instrumentos: o Código Civil, a Poesia Popular e a Bíblia, com a qual recebeu o apoio das Igrejas Evangélicas e com a oposição da Igreja Católica. Além desses instrumentos usou-se ainda outras táticas como é o caso do Conselho Regional das Ligas - que contou com o apoio das massas urbanas e dos partidos políticos -, o uso dos atos públicos e marchas, a aproximação com outras lideranças e o recurso à imprensa.

3- A expansão nacional das ligas e a ofensiva da classe dominante

A expansão nacional do movimento deve ser associada aos inúmeros encontros de discussão sobre a problemática camponesa, dentro os quais merece destaque o 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, promovido pela ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - realizado em Belo Horizonte em 1961, onde, como resultado de uma discussão nacional, surge a declaração de Belo Horizonte. Esta declaração marca a decisão dos trabalhadores de lutarem por uma reforma agrária radical - preconizada pelas Ligas - ou gradual, pela ULTAB, como também preocupava-se com a política agrícola.

Aos poucos foi havendo uma radicalização das Ligas que logo teria a resposta dos adversários daquele movimento - a burguesia nacional - pois a partir daí começou uma investigação sobre as atividades das Ligas, os proprietários de terras se armam e tem início toda uma perseguição aos membros daquele movimento representada na prisão e no assassinato de diversos membros. Em caráter ofensivo, essa mesma classe dominante força-se a uma certa unidade

nacional sobre a questão agrária. Esse anteprojeto do adversário toma três direções: a Reforma Agrária, que teria o papel de ampliar o mercado interno satisfazendo os interesses do capital; o Estatuto do Trabalhador Rural e os projetos de Colonização e Cooperativismo.

Um aspecto que merece particular importância é aquele que trata sobre a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei 4.214 de 02-03-63. Reconhecendo o campesinato como classe política organizada, a burguesia brasileira, procurando atenuar os conflitos no campo, "dá" aos trabalhadores rurais um direito que até aquele momento era reivindicado por essa categoria, porém negado pela classe dominante - o direito à sindicalização e a extensão da legislação trabalhista no campo. Dessa forma ficavam rompidos os obstáculos aos direitos sindicais impostos em 1930 pelo bloco industrial-agrário objetivando uma exclusão política do campesinato. Longe de ter sido uma "doação" aos trabalhadores rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural não ultrapassava os limites conseguidos na Consolidação das Leis do Trabalho. Era uma forma de delimitar e controlar as ações da classe trabalhadora. Além disso, a aplicação de tais leis passa a ser motivo de greves e manifestações camponesas.

4- A crise e extinção das ligas

4.1- A crise interna - os primeiros sinais de crise das Ligas já eram visíveis no Congresso de Belo Horizonte quando se dá uma ruptura entre as Ligas e o PCB isso devido as Ligas terem como projeto a reforma agrária radical em contraposição às propostas elaboradas por aquele partido, dirigidas para uma ação prioritária entre os assalariados rurais e para uma reforma agrária dentro do espírito da tese aprovada sobre a questão no V Congresso do parti-

do, a qual seria de uma forma gradual. A ruptura com o PCB traz um isolamento das Ligas, e o movimento camponês ficou dividido entre a atuação das Ligas e a sindicalização rural implementada pelo PCB e pela Igreja Católica.

O encaminhamento da luta das Ligas se direcionava agora ao confronto armado tendo em vistas uma revolução brasileira que seria organizada pelas classes dominadas : o proletariado urbano aliado aos camponeses. Para isso adquiriram terras em Goiás onde passavam a ser feitos os treinamentos de guerra.

Em 1962, após a tentativa frustrada de Francisco Julião de reunificar o movimento pela tomada de sua direção através do Movimento Radical Tiradentes, o campo de guerrilha de Goiás é cercado e desarticulado por pára-quedistas e guerrilheiros navais. Outro fator que abalou a estrutura das Ligas foi o fracasso das eleições daquele ano quando Julião se elege com um número não muito expressivo de votos. Assim, em início de 1963, as Ligas encontravam-se, na maioria dos estados, totalmente desarticuladas e, além disso, tinham perdido a hegemonia do movimento social agrário inclusive, em Pernambuco, devido ao estímulo à sindicalização rural dado pelo Governo Federal.

4.2- A reorganização do movimento e a extinção das Ligas -A crise à qual estava submetida as Ligas, levou a uma tentativa de reorganização daquele movimento. Assim, o ano de 1963 compreendeu o período de reaglutinação de forças no Nordeste. Internamente, a questão que se coloca é a da reestruturação orgânica das Ligas e a redefinição de suas teses programáticas para a nova conjuntura que se abre.

As principais propostas que surgiram para essa reflexão foram as de Julião intituladas de Teses para Debates : unificar as

forças revolucionárias em torno de um Programa Radical e as Teses do Pe. Alípio.

As teses de Julião se resumem, praticamente, na recriação do Movimento Radical Tiradentes através da formação de um Movimento Unificado da Revolução Brasileira - MURB-, tendo como base a unidade de forças revolucionárias e do encaminhamento das reformas radicais - a agrária, a urbana, a industrial, a educacional - ao mesmo tempo que procurava estatizar as grandes empresas industriais e as grandes instituições de crédito.

Analisando o conteúdo das propostas de Julião, pode-se concluir que:

"... é esquemática e não leva em conta a complexidade de das alianças políticas entre as classes e as suas diversas frações..."

(AZEVEDO, F. A. Opus cit. p. 103)

Embora o Conselho Nacional das Ligas aceite as teses sobre as reformas radicais, rejeitam, porém, as propostas de organização do MURB, que, assim, não encontra formas de viabilização.

A segunda proposta, a de Pe. Alípio, e que aceita, é direcionada para uma recomposição do Conselho Nacional, que passaria a ser formado por operários e camponeses. As Ligas se transformariam em Ligas Camponesas do Brasil, tendo como suporte uma Organização de Massa (OM), que congregava todos aqueles que concordassem com a efetivação de reformas radicais : e uma Organização Política (OP), que deveria se estruturar nos moldes de um partido marxista-leninista reunindo aqueles elementos mais avançados no ponto de vista político e ideológico, que passariam a dirigir as Ligas Camponesas do Brasil.

Segundo Fernando A. Azevêdo (1982), as Ligas se "transforma-

ram ao longo da sua trajetória de uma associação civil voltada para os interesses corporativos dos camponeses, em um partido agrarista e radical, cuja base social de apoio repousa no campesinato, nos pequenos produtores e artesãos da cidade".

Em 03 de outubro de 1963, é realizada a Conferência do Recife, que, aceitando a proposta do Pe. Alípio, organiza o movimento, unificando-o.

No Pernambuco, o ano de 1963 abre-se com o governo de Miguel Arraes, trazendo maiores perspectivas de luta pois aquele governo tentava articular o movimento camponês num esforço de democratizar a ação governo-povo. Para isso, procurava garantir a aplicação das leis sociais que tinham sido aprovados a um nível nacional. Por outro lado, surgiu um núcleo de repressão, representado pelas oligarquias tradicionais e pela burguesia agro-industrial. Apesar disso, o movimento camponês se intensifica pois só em 1963 ocorreram 48 greves no campo, que foram acompanhadas pelos assassinatos e aprisionamentos de diversos líderes.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, tem fim o movimento associativo das Ligas e são presos os seus principais líderes.

5- A sindicalização rural

Os primeiros anos da década de 60 foram marcados por mudanças relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, as quais se aceleraram a partir do governo de Juscelino Kubitschek com a sua política econômica de favorecimento ao grande capital. A presença desse capital na economia brasileira, vai ter reflexos na agricultura pois a partir daí passou-se a implementar grandes projetos e a se usar uma tecnologia mais moderna que trazia como consequência uma redução na força de trabalho, crescendo, portanto,

o êxodo rural, cuja mão-de-obra excedente passava a ser utilizada na industrialização da área urbana. Acirrava-se, dessa forma, a luta entre o capital e o trabalho, engendrando, conseqüentemente, os conflitos sociais que se tornavam mais frequentes.

E dentro desse contexto que devemos analisar as lutas camponesas, que já vinham ocorrendo desde os anos 50, com as Ligas, tomando outras formas através do sindicalismo rural.

Paralelamente à expansão das Ligas, a sindicalização rural era desenvolvida pela ação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Ao contrário das Ligas, que tinham grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários, o movimento de sindicalização teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas.

Inicialmente, o PCB e as Ligas agiam juntos. Porém, mais tarde, surgiram divergências entre os dois, como já foi estudado anteriormente quando tratamos sobre as Ligas. Passou, então, o PCB, a concorrer com as Ligas nos movimentos de organização camponesa, coordenando a criação de sindicatos rurais e lutar pela aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho no meio rural.

Apesar de fazer parte de um movimento mais amplo, o sindicalismo rural foi resultado também de uma proposta de organização orientada pela Igreja Católica.

Até os anos 40 a Igreja Católica, ao nível do clero, foi uma instituição aliada à classe dominante, principalmente no meio rural, onde o padre, figura de grande poder, defendia os interesses da burguesia agrária e através do misticismo alienante reforçava a estrutura da dominação burguesa.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e, portanto, com a derrota do fascismo, o moderno Estado burguês ao reconhecer os riscos apontados pela Igreja na chamada "sociedade de massas", percebeu naquela instituição, um importante instrumento de controle dos "impulsos irracionais" das massas - como ocorrera no terror nazifascista -, não somente no campo, mas especialmente nos centros urbanos. Passou-se, portanto, a abrir caminho para a difusão de valores religiosos conectados a uma ação educativa sobre as massas impedindo que a sua "erupção" na cena política gerasse revoluções e regimes totalitários, daí a idéia de uma "democratização fundamental", "de base", conectada ao ideal de formação de comunidades cristãs que se apresentam como pequenos "grupos primários". A "massificação" - fenômeno urbano característico do "mundo moderno" - seria combatida à medida que se reforçava os valores tradicionalmente vigentes no campo e, ao mesmo tempo, resgatar esses valores nas cidades. Era preciso defender o "povo", forjado naturalmente no campo, dos efeitos desestruturadores de uma exposição aos meios de comunicação de massa e à comunicação rápida com os centros urbanos, o que seria uma tarefa educativa de grande importância. (PAIVA, V. 1985. p. 12-13).

É aí que podemos encontrar as questões que permearam as mudanças na orientação doutrinária e operacional da Igreja e o deslocamento de suas bases sociais, optando pela ação direta sobre as massas:

"...Para a Igreja mantém-se a importância da ação no meio rural, nas pequenas comunidades, de modo a 'não perder' o homem do campo; mas coloca-se igualmente a busca de formas modernas de ação no meio urbano, 'reconquistando' os trabalhadores, seja em contraposição ao socialismo laico e eventualmente

anti-clerical ou ainda à dissolução das crenças religiosas pelo avanço de outras formas de racionalização do mundo não ligadas a idéias socialistas, seja em oposição a outras religiões com forte apelo para as massas urbanas..." (PAIVA, V. *ibidem.* p.13)

A ação da Igreja Católica e seus pronunciamentos a cerca da questão agrária desde o pós-guerra sofreu o impacto da intensificação da urbanização e da industrialização substitutiva das importações dos anos 40/50 e viu-se influenciada pelo nacionalismo e pelo desenvolvimento que caracterizaram o período. Ela respondeu a estes fatores, à mobilização política dos anos 50, à ampliação de suas possibilidades de influência sobre o Estado e às modificações por que passou seu próprio movimento leigo, com uma espécie de "modernização precoce". Ela respondeu em especial à constituição do campesinato como classe social que emergia no cenário político a partir de meados da década de 50 e à transformação das relações sociais no campo brasileiro desde então - em que pese a heterogeneidade de posições e ações desenvolvidas pelos seus diferentes setores. Não resta dúvida de que a nova postura da Igreja em relação ao campo tomou forma quando da intensificação do êxodo rural e a ameaça, com a redemocratização, da penetração das "ideologias alienígenas" no campo. Nesse sentido, ela passou a denunciar as condições de vida da população do meio rural em defender o acesso à terra para todos. (*Idem, Ibidem.* p. 14-15).

Em 1950, como reflexo das transformações nas diretrizes da Igreja Católica, surge a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, com o título "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural". Tal pastoral foi o coroamento da I Semana Ruralista da Diocese de Campanha - MG.

José de Sousa Martins ao analisar a pastoral de D. Inocêncio, classifica-a de extremamente reacionária. Ela não nasceu da iniciativa dos próprios trabalhadores rurais, mas de uma reunião de fazendeiros e de professores rurais:

"... A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzido por outros membros do episcopado.

No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo..." (opus cit. p.88).

Para Dalcy da Silva Cruz - na sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo, no Rio Grande do Norte, no período 1950-1983 - a conjuntura que caracterizou os anos 50 - entrada maciça do grande capital, desenvolvimento das forças produtivas, maior concentração da propriedade da terra resultando no afloramento dos conflitos no campo - propiciou a mudança de posicionamento da Igreja. Todavia, essas mudanças foram apenas conjunturais, ou seja, em sua essência, a Igreja basicamente continuou a mesma. Ela participou dos movimentos camponeses também por motivos de ordem particulares e internos, isto porque além do avanço do protestantismo no meio rural, a criação, a atuação e o alastramento das Ligas Campo -

nessas pelo Nordeste, se constituíram numa grande ameaça ao Trabalho da Igreja e à sua própria sobrevivência. Daí a iniciativa de criar mecanismos leigos que representassem sua presença junto ao movimento camponês. (1985. p.67).

Dessa forma, através de equipes como o SAR/Serviço de Assistência Rural/ criada pelo Pe. Eugênio Sales no Rio Grande do Norte, o MEB (Movimento de Educação de Base), a Emissora de Educação Rural e outras, a Igreja manteve a sua hegemonia sobre os camponeses por muito tempo, passando a fazer concorrência com o PCB haja visto a preocupação que a Igreja tinha em impedir que o trabalhador rural fosse conquistado pelas idéias "esquerdistas". Procurou entravar, assim, o "avanço comunista" que ameaçava o campo, sobretudo com a expansão das Ligas, a vitória da revolução cubana e a ação do PC.

Enquanto força política, a Igreja conseguiu neutralizar a ação do Partido Comunista, uma vez que nesse período pôde-se observar a presença da Igreja fundando equipes de sindicalização rural espalhados em todo o nordeste. Tal sindicalização rural crescia graças às facilidades que a Igreja teve junto ao Ministério do Trabalho para reconhecer esses sindicatos em face da influência do Partido Democrata Cristão no governo de João Goulart. Em fins de 1963, a Igreja já tinha fundado 67 sindicatos, uma Federação e associado aproximadamente 50.000 trabalhadores. O Partido Comunista fundara apenas cerca de 30. (CRUZ, D.S. Opus cit. p. 69).

A organização sindical só adquiriu mais consistência a partir de 1963 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, de 2 de março daquele ano. Uma característica importante daquele estatuto é que ele seguiu os princípios da CLT, aplicando-os ao trabalhador rural. Para Octavio Ianni isso deve ser entendido como uma forma de legitimar as relações de produção capitalistas no

campo:

"O sindicato rural, por seu lado é muito mais o resultado combinado das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. Isto é, o sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção segundo as exigências de um Estado capitalista em face de rápido amadurecimento. Em especial, ele surge como uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola. Note-se que somente a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, é que se sistematizam as condições de contrato de trabalho e sindicalização na sociedade agrária brasileira. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, não revelava preocupação especial com o trabalhador agrícola. Ao contrário, estava orientada no sentido de definir e regulamentar apenas as condições de oferta e demanda de força de trabalho na cidade (setores secundário e terciário). Foi somente vinte anos depois, devido ao agravamento dos antagonismos sociais e políticos no campo, que os poderes Legislativo e Executivo se movimentaram no sentido de formalizar as condições de trabalho no campo."

(IANNI, O. 1976. p. 156-157)

Dando continuidade ao seu raciocínio Octavio Ianni afirma que a sindicalização rural foi o último acontecimento político importante no processo de conversão do lavrador em proletário. Para ele a sindicalização rural teve o caráter de uma reação moderada. Iniciava-se uma fase de burocratização da vida política do proletariado

rural, ao vincular o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal com ou sem a mediação dos partidos políticos (opus cit. p. 157).

A Igreja participou da articulação do golpe militar de 1964, que garantiu uma certa continuidade no movimento de sindicalização rural sob a liderança daquela instituição, o que contrastou, em toda linha, com o que aconteceu com o sindicalismo urbano em épocas de repressão. Se é indiscutível a presença da repressão a membros dirigentes de sindicatos e aos próprios trabalhadores do campo pela violência privada dos grandes proprietários rurais, o mesmo não ocorreu com os sindicatos rurais dirigidos pela Igreja Católica, os quais num certo sentido, foram poupados. Apesar de muitas "intervenções", poucas foram oficializadas. O mais comum foi a prisão de diretores ou a nomeação de interventores, cujos nomes, na maioria das vezes, eram indicados pela própria Igreja .

CAPITULO III

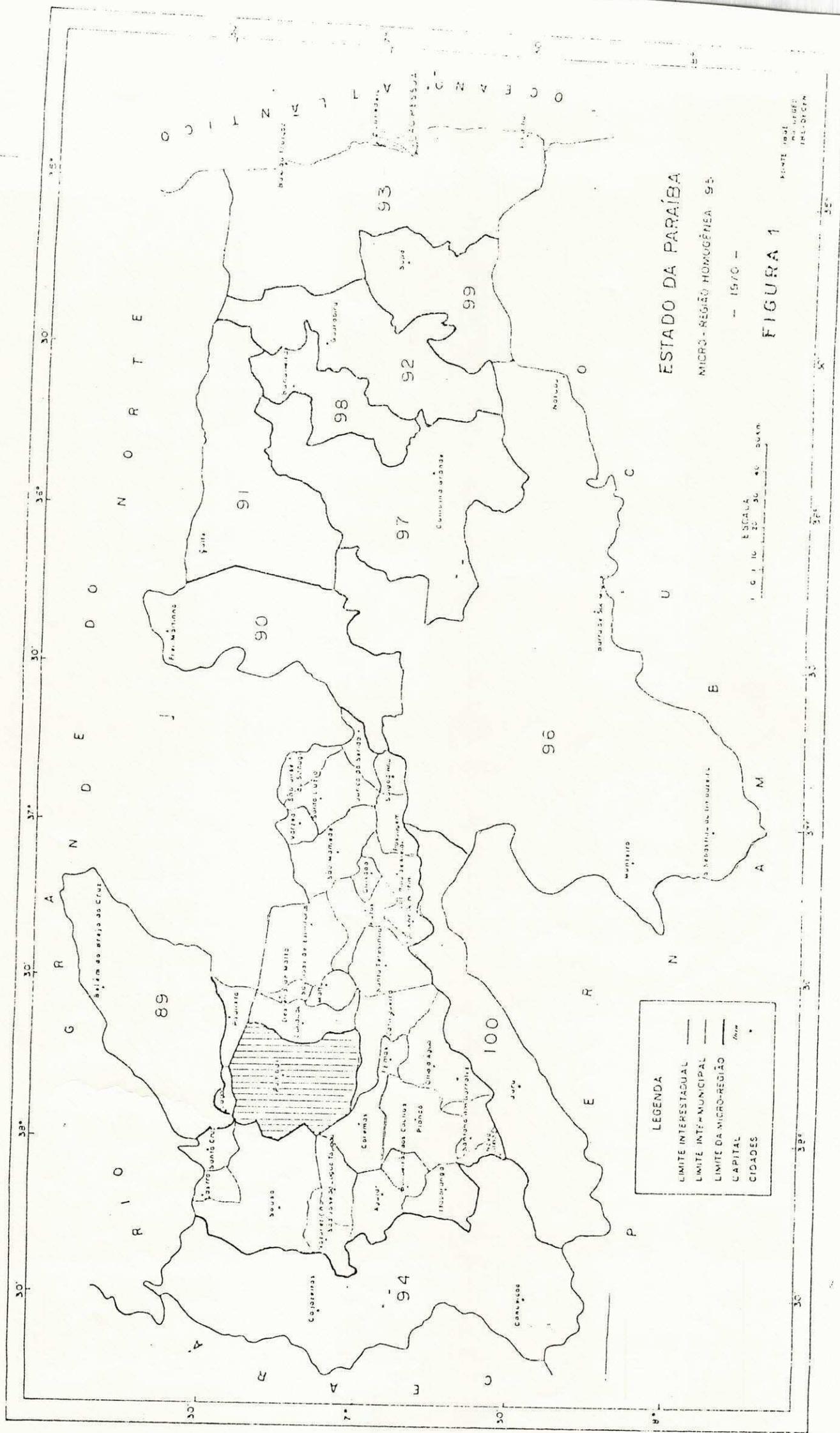
O CASO DE POMBAL

1- Aspectos geográficos e históricos do município

O município de Pombal está localizado na zona fisiográfica do Baixo Sertão do Piranhas, na fachada ocidental do Estado da Paraíba, integrando a micro-região nº 95 - Depressão do Alto Piranhas. (Ver figura 1). Possuindo uma área de 1.376,5 Km², representa 11,09% da micro-região e 2,44% do Estado da Paraíba.

Está contido na bacia hidrográfica do rio Piranhas e tem como limites os seguintes municípios : Lagoa e Paulista (a norte), Coremas e Catingueira (a sul), Condado (a leste), Sousa (a oeste), Santa Cruz (a noroeste) e São José da Lagoa Tapada (a sudoeste). (Ver figuras 1 e 2).

O município goza de um clima tropical quente, de seca acentuada com chuvas de verão-outono. A cobertura vegetal dominante na área é a do tipo caatinga. Trata-se de uma formação vegetal com parte arbústica de densidade variável rica em cactáceas e bromeliáceas, e que apresenta formas de adaptação à carência d'água. Quanto ao aspecto hidrográfico, Pombal integra a rede hidrográfica do Piranhas, cujo principal componente desta bacia na área é o rio Píancó, que margeia a cidade de Pombal. Tal aspecto foi um dos fato-



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano de Pomal (1984)

MUNICÍPIO DE POMBAL

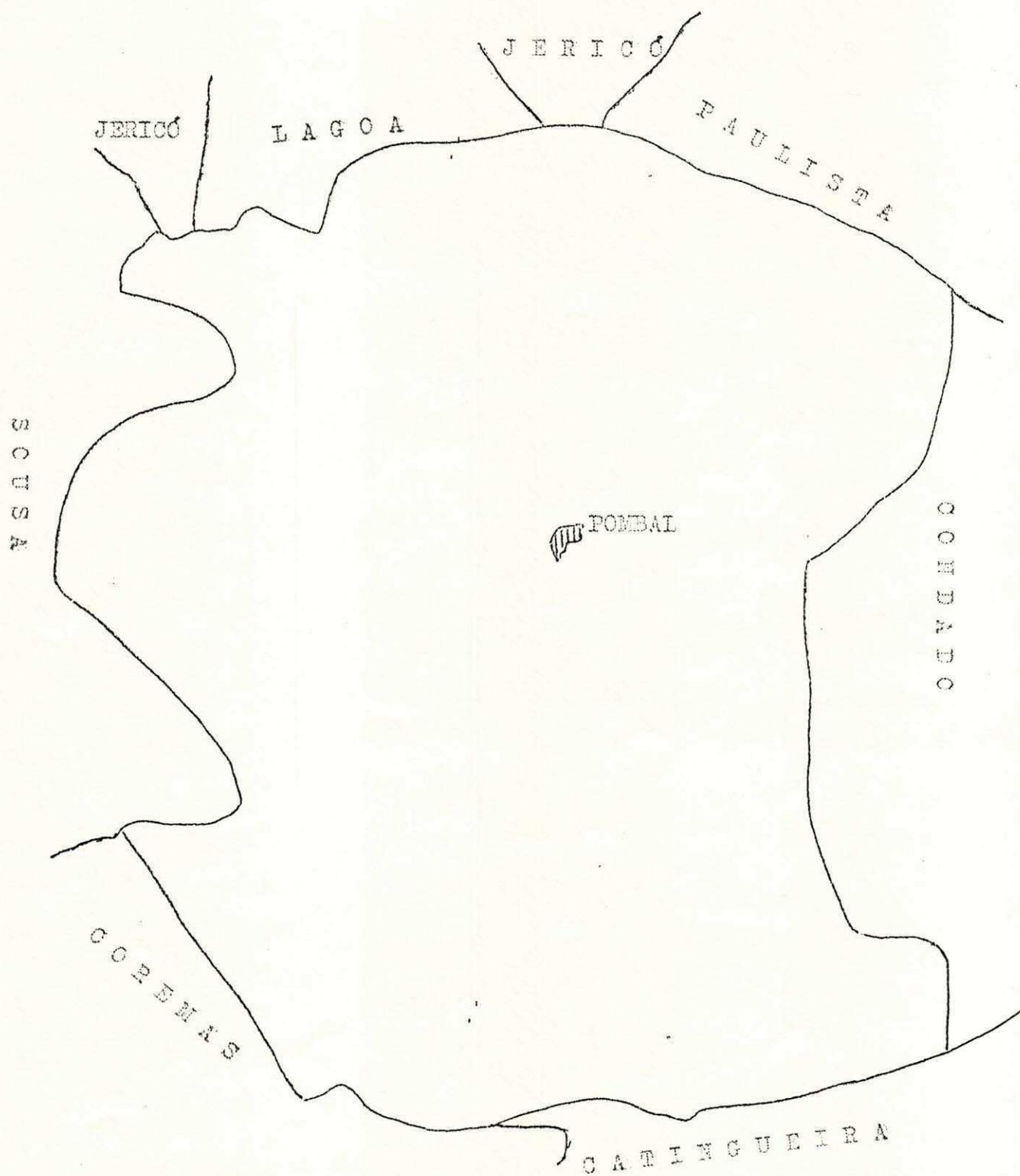


FIGURA 2

Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano de Pombal (1984).

res principais para a ocupação da área deste município.

1.1- Aspectos históricos da ocupação - a conquista do território que hoje se denomina Pombal, está diretamente relacionada às causas econômicas que motivaram a expansão da conquista do interior paraibano tais como a criação de gado - que foi o maior responsável pelo desbravamento e a colonização do interior -, e à penetração dos bandeirantes no interior com o objetivo de aprisionar índios e adquirir riquezas.

As áreas que constituem o município de Pombal, Lagoa, Paulista, Malta, Condado e Desterro de Malta eram habitadas pelos índios Cariris, Pegas e Panatis, os quais ao se sentirem ameaçados de perder suas terras, ofereceram forte resistência aos invasores.

Finalmente, nos fins do século XVII ou começo do século XVIII (1696) foram postos os marcos de fundação do Arraial de Piranhas - primeira denominação de Pombal. O fundador do Arraial de Piranhas foi o português Teodoro de Oliveira Lêdo juntamente com seus irmãos, com elementos da Casa da Torre e por indígenas da tribo dos "Pegas", provavelmente escravizados pelos colonizadores. A ocupação tinha fins agrícolas e pastoris.

Somente a partir de 1701, em virtude de uma Carta Régia de 13 de Janeiro, é que se iniciava efetivamente a fundação real do Arraial de Piranhas, com a construção da Capela em taipa e palha.

Em 1766, foi o Arraial de Piranhas elevado à categoria de vila, com a denominação de Pombal, em homenagem ao Ministro de D. José I, rei de Portugal, D. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Em 1862, a vila de Pombal foi elevada à categoria de cidade (Lei Provincial nº 68 de 21 de julho de 1862).

2- A atuação da Igreja Católica

A História do Brasil, desde a época colonial até os dias atuais, foi marcada pela presença da Igreja Católica que influenciou por muito tempo as relações sociais, econômicas e políticas existentes no Brasil. Esta Igreja esteve ao lado dos poderosos e veiculava a ideologia que melhor lhe conviesse e aos interesses das classes dominantes.

Com um discurso simples para a grande massa da população, a doutrinação da Igreja era dogmática, isto é, as idéias que ela passava para o povo deveriam ser consideradas como verdades irrefutáveis. A partir dos seus dogmas ela orientava os mais diversos seteres da vida humana tais como o comportamento moral e social dos indivíduos, a concepção de vida que deveriam obedecer e a conservação de certos valores básicos que lhe era importante.

A Igreja orientava a vida das pessoas desde o nascimento até a morte. Com os seus discursos sobre a moral e os chamados "bons costumes", instituiu e conservava determinadas regras de comportamento social, sexual, políticos e, evidentemente, religiosos. Num país em que grande parte da população era analfabeta ou semi-analfabeta, os elementos do clero tinham as suas idéias respeitadas e vistas como indiscutíveis, já que um padre era um representante de Deus aqui na terra, desrespeitá-lo era como não se submeter aos mandamentos de Deus.

A Igreja possuía assim, a hegemonia, isto é, a direção intelectual e moral do conjunto social e através da sua ideologia justificava e revestia de valores morais as práticas sociais do modo de produção capitalista. Respeitar a ordem vigente era uma regra que todos deveriam cumprir para viverem de maneira agradável a Deus.

"... as representações religiosas e éticas do ca-

tolicismo, aptas a conferirem um valor moral às práticas sociais do capitalismo, são uma contribuição importante para a organização da vida coletiva conforme a ordem social burguesa. O aparelho religioso, sistematizando e veiculando essas representações religiosas e éticas para o conjunto da população, desempenha assim uma função social de hegemonia para a burguesia agrária dominante, o que lhe dá uma posição de primeiro plano na sociedade civil. Daí o seu poder social e moral." (OLIVEIRA, P.R. Opus Cit. p. 342).

2.1- A Igreja Católica dentro do contexto social pombalense-
Para efeito de estudo e comprovação das hipóteses deste trabalho tornar-se-á necessário verificar como se dava o relacionamento da Igreja Católica com os habitantes do município de Pombal no período anterior à criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa em 1963. Para tanto foram necessários levantamentos bibliográficos e entrevistas dirigidas às pessoas que guardam uma memória histórica da cidade.

Como se pode observar nas duas obras que tratam da História do município - "O Velho Arraial de Piranhas (Pombal)" e "Grande Pombal" de Wilson Nóbrega Seixas e Antonio José de Sousa respectivamente - há desde a criação do município uma importância muito grande da Igreja naquele núcleo populacional. Basta dizer que concomitantemente à fundação real do Arraial de Piranhas em 13 de Janeiro de 1701, construía-se uma pequena capela de taipa e madeira na qual os índios recebiam os sacramentos da religião cristã .

"Foi, assim, fundado o Arraial ou Aldeia de Piranhas, ou Povoação do Bom Sucesso, com a constru-

ção da 'capela tosca de taipa e palha; na qual um franciscano da Ordem de Santo Antonio realizava os officios religiosos e catequizava os índios." (SOU-SA, A.J. 1971.p. 16)

Ainda para demonstrar o quanto a Igreja influenciou na colonização do município poderemos citar também a construção da Igreja de N. Senhora do Bom Sucesso - atual Igreja do Rosário- vista como resultante de uma graça alcançada por uma prece feita àquela santa, quando a pequena aldeia estava para ser dizimada em 1719 por mais de dois mil índios confederados. Vitoriosos no combate, os colonizadores portugueses construíram uma igreja com instalações mais adequadas do que a primitiva capela, além de adotarem a Virgem como padroeira do Arraial. A denominação Bom Sucesso teria sido em consequência da vitória.

O êxito dos colonizadores no combate graças à prece feita a N.S. do Bom Sucesso é uma tese aceita pelos setores mais conservadores da cidade e ignora a superioridade bélica que o português tinha em relação ao índio. Era uma luta onde se usava flechas contra balas, onde obviamente o português seria o vitorioso.

Para Wilson Nóbrega Seixas, a Igreja foi fator de desenvolvimento social:

"A história da igreja de N. Senhora do Bom Sucesso está de tal modo vinculada à história do Município de Pombal que se torna inteiramente impossível estudar uma, sem ter vista a outra." (1962.p.33).

X Nas obras que tratam da História de Pombal encontramos referências a visitantes e irmandades religiosas no município no século XVIII e XIX, como também a participação do Padre José Ferreira Nobre no movimento revolucionário de 1817, que até pregando do

púlpito a revolução, chegou a conseguir que o povo adotasse o regime republicano e, por intermédio do secretário Henrique José de Almeida, fez redigir uma ata convocando os vereadores para uma reunião na qual fossem, oficialmente, proclamadas as idéias republicanas, logo que irrompeu o movimento, em 6 de maio de 1817.

A primeira irmandade que se tem notícia em Pombal era a de N. S. do Bom Sucesso, a qual vem desde a fundação do Arraial de Piranhas. Em seis de janeiro de 1859 criava-se uma outra irmandade - a Confraria S.A. Houve uma terceira irmandade, denominada Irmandade das Almas. Em 18 de julho de 1895 foi criada a Irmandade de N. S. do Rosário, a qual ainda hoje funciona. A Sociedade de São Vicente foi instalada em julho de 1903 pelo confrade Teodoro José de Sousa.

Além de controlar todas essas irmandades religiosas existentes no município, a Igreja não só pregava suas concepções no púlpito mas também exercia o controle dos aparelhos ideológicos das escolas a partir do momento que as fundava e coordenava a ação destas escolas. Todos os valores sociais, morais, éticos, etc., eram repassados para o alunado através dos professores, livros e pregações, havendo também, de certa forma, um controle das vidas particulares dos alunos já que estes teriam que participar das missas ou festas religiosas.

Eram as seguintes escolas criadas e dirigidas por elementos do clero: a Escola Normal "Arruda Câmara", atualmente Colégio "Josué Bezerra", dirigido por freiras da Ordem Santa Catarina de Sena; a Escola Paroquial São Vicente de Paula, criada em julho de 1945 pelo Mons. Valeriano Pereira de Sousa; e o Ginásio Diocesano fundado pelo Mons. Vicente Freitas e dirigido por padres. No que se refere à instrução pública foram mercedores de desta -

que o Mons. Vicente Freitas e o Cônego Luis Gualberto.

X Através de informações de pessoas que foram entrevistadas podemos apurar que nas décadas de 50 e 60 havia em Pombal os seguintes movimentos de leigos: o Apostolado da Oração, fundado na gestão do Mons. Valeriano Pereira de Sousa; a Sociedade São Vicente de Paula, que era uma associação beneficente; a Irmandade de N. S. do Rosário, organizadora da Festa do Rosário; e a Pia União das Filhas de Maria e Congregação Mariana, ambas criadas na década de 40.

A Igreja Católica também era responsável pelas frequentes visitas de missionários a Pombal, como é o caso das visitas feitas pelo Frei Damião, pessoa muito carismática cujos sermões contavam com grande aceitação da população pombalense.

3- A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa

O surgimento ou nascimento dos sindicatos rurais no Nordeste deu-se, na sua grande maioria, pela ação da Igreja Católica quando esta mudou as diretrizes básicas que orientavam o seu trabalho, em relação ao homem do campo. A mudança nas diretrizes de atuação deu-se em decorrência da conjuntura econômica e política predominantes no Brasil em meados, deste século, razões mais que suficientes para provocar uma postura, no sentido de impedir a expansão das idéias comunistas e das "terríveis" ligas camponesas. Era preciso salvar o camponês dessas idéias e tê-los ao seu lado. É a partir deste ponto de vista que devemos compreender a fundação e a expansão dos sindicatos rurais no Nordeste.

O surgimento de um sindicato de trabalhadores rurais em Pombal, em pleno Sertão Paraibano, não se deu de forma diferente: ele surgiu frente à ameaça sentida e percebida pela Igreja, no que se refere à organização dos trabalhadores rurais sob a liderança das

ligas camponesas, ameaçando por conseguinte sua liderança e seu status, não apenas de conformismo e acomodação do camponês em relação às injustiças, mas também à postura diferente tomada pelas ligas, em relação a uma maneira diferente de visão do mundo, das coisas e acontecimentos.

A documentação existente é reveladora não apenas da ação da Igreja, mas de uma verdadeira intervenção na organização dos trabalhadores rurais. Salta-se aos olhos o fato de na instalação de sessão de abertura da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa, estar presente e dirigir o Reverendíssimo' Cônego Oriel Antonio Fernandes que "compôs a mesa diretora do trabalho e a seguir passou a direção da sessão ao Revm^o Frei Marcelino, que dando por aberta passou a palavra ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha..." (Ata de Fundação de 22-09-63)

Terminando o ritual de eleição por aclamação, o Sr. José Fernandes Souza do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha que "advertiu os seus colegas de Pombal contra as propagações falsas que haverão de surgir no sentido de macular ou mo- doar com a necha de comunista os sindicatos que estão se alastran- do pelo sertão paraibano, maxime aqueles que contam com a...segura dos documentos papais em particular a Encíclica mater et magister de santidade o papa João XXIII." (Idem p. 3)

Como se pode perceber, a preocupação do nosso clero em dou- trinar as nascentes lideranças, constituía uma estratégia de atuação fundamental para a época, com a preocupação básica de ter tais lideranças sob a tutela da Igreja. Como se pode notar a lacu- na da citação deixada pelo secretário que lavrou a ata cabe per- feitamente a palavra "aprovação", portanto, verdadeiro nihil

obstat em contrário, face a citação de um documento de tão importante peso para a atuação da Igreja, especificamente no nosso caso, o clero. Justificava-se desse modo, a tranquilidade que deveriam ter os trabalhadores rurais da região, no sentido de não terem qualquer problema advindo do fato de participar de um sindicato. Vale ressaltar o fato da colocação ter sido feita por um leigo, integrado perfeitamente nas hostes eclesiásticas.

A fundação do Sindicato em Pombal esteve presente também a figura do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras que fazendo uso da palavra : "conclamou os seus pares a lutarem denodadamente pelos fins a que seu sindicato se propõe arregimentando coragem e heroísmo, são qualidades dos sindicalizados que se devem nortear pelo respeito às leis e aos patrões, inspirando-se pela compreensão mútua." (idem, p. 3).

O discurso conciliador da representação dos agricultores de Cajazeiras na fundação do Sindicato de Pombal é no mínimo outro elemento presente no discurso do clero, face às gritantes disparidades entre os possuidores e não possuidores dos meios de produção, por que não dizer a existência de conflitos permanentes entre os proprietários de terra e seus moradores, que na maioria das vezes, antes mesmo de findar a colheita, o patrão já colocava seu gado para pastar, e portanto, engordar, deixando o seu morador a ver navios.

É portanto, um discurso escamoteador adotado pelo trabalhador, fruto de uma pregação inóqua e conservadora, que resultará, no mínimo, no peleguismo.

Acreditamos que o discurso do Sr. Presidente da sessão seja uma verdadeira peça de destaque. Após fazer uma síntese dos Estatutos do Sindicato de Pombal, o redator da ata chega a classifi-

car de "proveitosa alocução". Tal fala: "exortava os camponeses presentes a ingressarem as fileiras do sindicato que então se fundava, advertiu os presentes sobre as facilidades oportunisticas do tempo de eleições e da situação pós eleitoral, face oposto da anterior. Aludiu a insegurança que cerca o trabalhador rural no final da existência em contraposição a outras classes de obreiros que contam, depois de longo período de lutas e canceiras, com um amparo legal à aposentadoria." (idem, p. 3-4).

O apelo feito por Frei Marcelino é bem típico da pressa e da possibilidade da perda de liderança da Igreja (clero) frente aos camponeses. A referência ao sistema político ou aos políticos em cena, denuncia apenas a manipulação dos detentores do poder tendo como referência o antes e o depois eleitoral. É uma advertência sem maiores consequências, o que na realidade prevalecia era a palavra do proprietário e a relação de dependência do morador, rendeiro, arrendatário e até mesmo do pequeno agricultor.

O processo de desinformação no cotidiano do trabalhador rural ainda estava tão presente que a alusão feita pelo respeitado orador, no que diz respeito à insegurança no final da existência do trabalhador, apontando a aposentadoria como um novo céu e uma nova terra é evidente. Não nos resta dúvidas de que a aposentadoria foi, é e continua sendo elemento engrossador das fileiras do sindicato rural, cujo mérito não advém da pregação da Igreja, mas da luta de classe que se aproximava à medida que se desenvolviam as forças produtivas no cenário brasileiro e nordestino.

A questão política aparece nas palavras do orador, como um perigo, no sentido da classe política manipular o sindicato como se a manipulação não estivesse sendo realizada.

A luta de classe não aparece de forma correta no discurso

do presidente da sessão, visto que a advertência em relação à classe política é descontextualizada e dissociada da realidade, isto é, como se os políticos tradicionais não dispusessem dos meios de produção. Constitui-se, portanto, numa pregação cuja ideologia continua profundamente conservadora. É bom que se diga, a Igreja (clero) não tinha concretamente nada a oferecer ao camponês. Usou a sua conquista, a da aposentadoria, para apontar como elemento congregador e mantenedor de sua liderança.

Outra forma errônea na percepção do respeitado Frei Marcelino, é a "insegurança" do trabalhador no "final de sua existência", como se "o amparo legal da aposentadoria" fosse trazer a tranquilidade do camponês, com o pé na cova. Por que então apenas naquela oportunidade? Como resultou a atuação da Igreja (clero) após o fim do período ditatorial em nosso país, especificamente em Pombal? É uma questão para ser investigada, não nessa oportunidade.

O redator da ata continua colocando os temas abordados pelo orador principal. Sobre a justiça ele disse: "... paz de que estamos a precisar, porque a paz é feita da justiça. E se quisermos paz, tranquilidade, faça-se primeiro justiça, o que deve ser preocupação de todos, máxime dos governos e dos detentores do poder em favor dos subalternos e inferiores." (idem, p. 4).

Bastante oportunista falar de um tema em que o primeiro aspecto a ser evidenciado é a exclusão no processo de luta da própria Igreja (clero) em Pombal, é que se pode depreender da colocação feita. Salvo melhor juízo, a justiça praticada pelos poderes competentes à época era a dos proprietários de terra, porque não dizer dos coronéis, que muito se sabe como era.

A justiça de que precisava e precisa o trabalhador sindi-

calizado parecia ser outra - que não a existente, verdadeira miragem de quem podia se comprometer e não conseguiu, podia ser consequente e não foi, queria ter o poder e não conseguiu, atrapalhou ao invés de ajudar certos momentos. Eis o que se pode colocar do envolvimento do clero em Pombal, no que diz respeito ao sindicato rural. A apelação aos poderes públicos e detentores do poder é uma farsa em termos de por em prática uma justiça que não está ao alcance do trabalhador. É uma pregação ilusória, face a uma conjuntura desfavorável para quem pretende ter o comando de uma classe. Os resultados estão aí : data venia, um rosário de sindicatos cujas direções terminaram por serem manipuladas sucessivamente por mecanismos de controle do governo, como é o caso da assistência médica com propósito de desviar a atenção da luta principal, qual seja, o respeito aos direitos do trabalhador como cidadão. O peleguismo foi outro resultado conseguido no processo de sindicalização, fruto não de uma luta de classe e da tomada de consciência de sua existência, mas de outras impondo "democraticamente" sua vontade.

A aposentadoria positivamente veio acomodar ainda mais os que não gozavam de tal benefício. Apareceu como verdadeiro milagre caído do céu, principalmente no período de maior risco para as elites e detentores de poder econômico. Foi uma espécie de água na fervura.

A justiça em favor dos subalternos e inferiores constitui / mais uma epopéia lendária, semelhante a Hobbin Hood ou Zorro, tentando levantar a massa, cuja vida não inspira esperança ou ideal, que possa animá-la no processo social em mudança, de verdadeiro homem sem rumo.

CONCLUSÃO

Por tudo o que registramos no decorrer dessa monografia, podemos concluir que a luta da Igreja (clero) ao lado do camponês não tinha nenhum caráter revolucionário, mas sim, era uma luta contra o comunismo e contra os "agitadores" que estavam chegando ao campo e que precisavam ser impedidos.

As mudanças ocorridas no seio da Igreja, tendo em vista a questão agrária na década de 50 em diante, podem ser consideradas mudanças apenas na aparência pois, na sua forma a Igreja continuava a mesma instituição que lutava pela permanência do status quo na nossa sociedade, colocando-se sempre ao lado das classes mais abastadas.

O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa em 1963, não deve ser visto, no nosso entender, como uma luta em prol da organização camponesa para lutar contra a dominação capitalista. Tal luta poderia vir a ocorrer mais tarde, quando os trabalhadores de Pombal e Lagoa deixassem de ser simplesmente uma classe em si e passassem a ser uma classe para si, isto é, quando adquirissem uma consciência de classe. Na realidade isso não ocorreu: a "luta" dos trabalhadores rurais para organizar o seu sindicato, foi muito mais uma manobra do clero da região atrelado ao jogo político da época, do que uma tomada de consciência política da classe camponesa.

Em síntese, este trabalho teve a intenção de contribuir para a História do município de Pombal, vista até então, sob uma ótica

positivista e conservadora. Não tivemos a pretensão de encerrar o tema, pelo contrário, temos a finalidade que este trabalho possibilite e contribua para o surgimento de outros posteriores, seja refutando ou confirmando a tese aqui exposta, pois compartilhamos do ponto de vista que a História é um conhecimento dialético e, portanto, inacabado.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco et. alii. História da Sociedade Brasileira.
3ª ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985
- ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo,
Atica, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. São Paulo, Paz e
Terra, 1982.
- EASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984 .
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. Homens Livres na Ordem Escravocrata .
São Paulo, Atica, 1974.
- CRUZ, Dalcy da Silva. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio
Grande do Norte em 1960 IN Movimentos Sociais : para além da dico-
tomia rural-urbano. João Pessoa, 1985.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Atica, 1978.
- GUIMARAES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 4ª ed. Rio'
de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- IANNI, Octavio. Relações de Produção e Proletariado Rural IN Vida
Rural e Mudança Social (Org. Szmrecsáni e QUEDA, Oroswaldo). São
Paulo, Nacional, 1976.
- MARTINS, José de Sousa. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petró-
polis, Vozes, 1981.
- MAZZEO, Antonio Carlos. Burguesia e Capitalismo no Brasil. São Paulo,
Atica, 1988.
- NOVAES, Fernando Antonio. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sis-

tema Colonial (1777 - 1808). São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colonial) . 15ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro A. Religião e Dominação de Classe : gênese, estrutura e função do catolicismo romantizado no Brasil . Petrópolis, Vozes, 1985.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. O Velho Arraial de Piranhas (Pombal). João Pessoa, gráfica "A Imprensa", 1962.

SOUSA, Antonio José de. Apanhados Históricos, geográficos e genealógicos do Grande Pombal. João Pessoa, 1971.

WERNECK SODRE, Formação Histórica do Brasil. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.

DOCUMENTOS :

Ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa do dia 22-09-63.

Plano de Desenvolvimento Urbano de Pombal. João Pessoa, 1984.

Entrevistas realizadas com pessoas ligadas aos antigos grupos religiosos de Pombal.

